

Interior

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - JAIR A. ZANELLA VIDRAÇARIA LTDA ME (CNPJ nº 13.125.805/0001-03). A DOUTORA VIVIAN HEY WESCHER, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital, expedido conforme o contido no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que ficam cientes quaisquer credores, terceiros e interessados que, neste Juízo, tramitam os autos de nº 0002984-23.2023.8.16.0068, de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ajuizada na data de 14/11/2023, por JAIR A. ZANELLA VIDRAÇARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.125.805/0001-03, com endereço na Rua 14 de Dezembro, nº 4946, sala 02, bairro Cristo Rei, CEP: 85.560-00, Chopinzinho/PR. Nesta oportunidade, **averte-se sobre o PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS para apresentação das habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, se necessário, na forma do art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais deverão conter os requisitos previstos pelo art. 9º da mesma lei, DIRETAMENTE JUNTO À ADMINISTRADORA JUDICIAL M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, cujo representante legal e profissional responsável pela condução do processo se dá na pessoa do Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES, advogado regularmente inscrito na OAB/PR sob o nº 65.066 e OAB/SP sob o nº 459.319, telefones (44) 3226-2968 / (41) 3206-2754 / (44) 99127-2968, através do endereço eletrônico habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br, ou pessoalmente no endereço da sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 776, sala 1306, Edifício World Business, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba/PR, ou na filial à Avenida Mauá, nº 2720, sala 04, Zona 03, CEP 87050-020, na cidade de Maringá/PR. Ademais, as eventuais habilitações ou divergências também podem ser realizadas diretamente no site da Administradora Judicial <https://marquesadmjudicial.com.br/>, na aba "requerimentos" / "habilitação e divergências de crédito". Ademais, ressalta-se que eventuais habilitações ou divergências apresentadas diretamente nos autos ou por dependência, durante a fase administrativa de verificação de crédito, não serão aceitas. No que tange aos créditos trabalhistas, para fins de apresentação de habilitação ou divergência, faz-se necessário a existência de sentença líquida e exigível (com trânsito em julgado), com valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial. Ainda, averte-se aos credores sobre o **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, para manifestar ao Juízo sua objeção ao Plano de Recuperação Judicial que será apresentado nos autos pela Recuperanda nos termos do art. 55 da Lei 11.101/2005. Tudo em conformidade com o resumo da petição inicial e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: A empresa Jair Antonio Zanella Ltda ME foi constituída em 18 de outubro de 2010 ainda na modalidade de empresário individual com nome empresarial de JAIR A. ZANELLA - VIDRAÇARIA, oriunda da dissolução da empresa "Irmãos Zanella Ltda", a qual era administrada pelo sócio da Requerente e seu irmão. Posteriormente, em 04 de novembro de 2019, a Requerente fora transformada em Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, alterando seu nome empresarial para Jair Antonio Zanella Ltda ME, possuindo o Sr. Jair Antonio Zanella como único sócio. A partir de sua constituição, a Requerente destinou seus esforços exclusivamente para o desenvolvimento das atividades voltadas ao ramo de vidraçaria, objetivando seu crescimento perante a sociedade e, consequentemente, gerando empregos e pagando tributos e outros encargos intrínsecos à sua atividade. Assim, na atualidade, a empresa desenvolve suas atividades no município de Chopinzinho/PR, sendo sua sede localizada na Rua 14 de Dezembro, nº 4946, sala 02, bairro Cristo Rei, prestando inúmeros serviços voltados para o âmbito de vidraçaria no referido município e região. A crise econômica sofrida pela Recuperanda teve início no ano de 2017, quando seu único sócio, Sr. Jair Antonio Zanella, iniciou seu divórcio, o qual tomou proporções surpreendentes, haja vista que a formalização da desunião e partilha dos bens resultaram em grandes investimentos por parte do sócio da Requerente, os quais não condiziam com suas reais condições financeiras. Outrossim, em razão do surgimento de novas empresas no município de Chopinzinho, sendo estas atuantes no mesmo ramo empresarial da Requerente, também houve redução na prestação de serviços, tendo a concorrência ocasionado queda na obtenção de lucro pela empresa. Por conseguinte, tendo em vista o panorama em que a Recuperanda se encontrava, esta se viu obrigada a recorrer à empréstimos bancários vultuosos, a fim de cumprir com as dívidas contraídas em decorrência da crise empresarial vivenciada, bem como para suportar a brusca queda de suas vendas. Não obstante, a crise financeira sofrida pela Recuperanda agravou-se ainda mais a partir do ano de 2021, oportunidade na qual ocorreu um aumento exorbitante em seu endividamento em razão da pandemia trazida pelo Corona Vírus (Covid-19), de modo que a empresa vivencia seus reflexos negativos até a atualidade. Toda a situação relatada culminou no endividamento atual informado pela empresa, que corresponde a monta de R\$ 906.290,90 (novecentos e seis mil e duzentos e noventa reais e noventa centavos). Isto posto, para efetiva superação desse cenário, surge a necessidade do processo de Recuperação Judicial, a fim de que a Devedora possa ajustar seu caixa, buscando equilíbrio financeiro exigido para pagamento de seus credores por meio de plano de reestruturação. "EX POSITIS", almeja a empresa requerente o recebimento da presente demanda, juntamente com os documentos que a instrui, requerendo digne-se Vossa Excelência, nos termos

do art. 52, da Lei nº 11.101/2005, deferir o processamento de sua RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com a adoção das providências elencadas pelo dispositivo supracitado, nos seguintes termos: 1. A concessão do benefício da justiça gratuita em favor da requerente, conforme fundamentação acima; 2. A concessão da TUTELA DE URGÊNCIA de natureza antecipada perquirida, a fim de determinar a suspensão de todos os processos em trâmite em desfavor da empresa requerente, bem como da retirada e inclusão do nome dos sócios proprietários da empresa no SERASA e demais órgãos de restrição ao crédito, sejam eles vencidos ou vincendos, além de proibir às instituições financeiras a promoção de retenção de ativos, seja pelas chamadas "travas bancárias" ou instituto diverso, fulcrado pelas disposições contidas pelos artigos 6º e 49, da Lei nº 11.101/2005 e artigo 300, do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentação supra; 3. A nomeação de administrador judicial (art. 52, I, Lei nº 11.101/05), intimando a requerente para manifestação acerca da remuneração perquirida; 4. Seja dispensada a apresentação das certidões negativas referidas pelo inciso II do dispositivo citado no item anterior; 5. Seja determinada a intimação do Ministério Público e as devidas comunicações às Fazendas Públicas Federais, Estaduais e Municipais; 6. Determine-se a expedição do competente edital para fins do disposto pelo art. 7º, §1º, da Lei nº 11.101/2005; 7. A concessão do prazo de 60 (sessenta) dias, úteis (art. 219, CPC), a fim de apresentação do plano de recuperação judicial, nos termos do art. 53, da Lei nº 11.101/2005; 8. Que ao final, nos moldes estabelecidos pelo art. 58, da Lei nº 11.101/2005, conceda-se em favor da requerente a recuperação judicial pretendida nos presentes autos, com os devidos reflexos legais;".

RESUMO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (mov. 31.1): A petição inicial e sua emenda (movs. 1 e 27) apresentam os requisitos da Lei 11.101/2005, conforme análise do administrador judicial (mov. 29.1), a qual faço integrar esta decisão em razão da completude com que a questão foi tratada, sendo desnecessário repetir os mesmos argumentos. Por esses motivos, presentes os requisitos legais, DEFIRO o início deste processo de recuperação judicial e determino: a) A suspensão de todas as execuções em face do requerente, pelo prazo de 180 dias corridos (STJ, REsp 1.699.528, item 7), sem prejuízo de sua prorrogação caso seja relevante para fins do plano (STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1558961/RJ); 1. A suspensão não atinge execuções fiscais. 2. Demandas em que se pleiteie quantias ilíquidas deverão ter prosseguimento. 3. A suspensão ora determinada não implica redistribuição dos processos a este juízo. 4. Caberá ao requerente comunicar esta suspensão nos respectivos processos. 5. Em relação a eventuais execuções que tramitam neste juízo, com a comunicação em cada processo, dê-se ciência à parte contrária e então suspenda-se a execução por 60 dias. b) Que o requerente apresente contas mensais diretamente ao administrador judicial enquanto perdurar a recuperação, sob pena de afastamento dos administradores; c) Que o requerente apresente plano de recuperação no prazo de 60 dias corridos (STJ, REsp 1.699.528, item 7) a contar da intimação desta decisão, sob pena de decretação da falência; d) Que para os fins deste processo os prazos previstos expressamente na Lei de Recuperação Judicial sejam contados em dias corridos (STJ, AgInt no AREsp 1548027 / MT). O STJ já definiu em outro precedente que: "A adoção da forma de contagem prevista no Novo Código de Processo Civil, em dias úteis, para o âmbito da Lei 11.101/05, com base na distinção entre prazos processuais e materiais, revelar-se-á árdua e complexa, não existindo entendimento teórico satisfatório, com critério seguro e científico para tais discriminações. Além disso, acabaria por trazer perplexidades ao regime especial, com riscos a harmonia sistêmica da LRF, notadamente quando se pensar na velocidade exigida para a prática de alguns atos e na morosidade de outros, inclusive colocando em xeque a isonomia dos seus participantes, haja vista a dualidade de tratamento" (REsp 1.699.528, item 6 da ementa). 3. Nomeio como administrador judicial a pessoa jurídica M Marques Sociedade Individual de Advocacia (CNPJ 07.166.865/0001-71), representada pelo Dr. Márcio Roberto Marques (OAB 65.066). 3.1. Após o aceite do administrador, expeça-se termo de compromisso. 3.2. Estabeleço como remuneração do administrador, incluindo pelo parecer prévio, o valor de R\$ 36.251,63, que corresponde a 4% sobre o valor dos créditos sujeitos à recuperação (total de R\$ 906.290,90 - mov. 1.19). A remuneração foi fixada conforme art. 24, §5º da Lei de Recuperação Judicial. 3.1.1. O valor deve ser pago diretamente ao administrador judicial, o qual deve apresentar, juntamente com a aceitação da função, plano de pagamento. Caso haja anuência do devedor com a programação dos pagamentos como sugerido, fica desde já homologada; caso contrário, voltem os autos conclusos para decisão quanto a este ponto. 3.1.2. Deixo de determinar a reserva de 40% prevista no art. 24, §2º da Lei de Recuperação, pois aplicável apenas à falência. 4. Expeça-se edital contendo o previsto no art. 52, §1º da Lei 11.101/2005, publicando-o no Diário Oficial Eletrônico. 4.1. Observe a Secretaria que deverá publicar edital em relação ao recebimento do pedido de recuperação e depois novamente, quando do recebimento do plano de recuperação, para aviso aos credores do recebimento do documento, na forma do art. 53, parágrafo único da Lei 11.101/05. 4.2. A impugnação à lista de credores deve ser feita no prazo de 15 dias a contar da publicação do edital em apartado e com pagamento de custas; 4.3. O prazo de 30 dias para impugnação do plano de recuperação terá início com a publicação do aviso de recebimento do plano noticiado no item 4.1. 5. Oficie-se à Junta Comercial do Paraná para anotação do deferimento do processamento da recuperação judicial em seus registros. 6. Determino à Secretaria que lance a informação "Em recuperação judicial" após o nome do requerente no Projudi. 7. Comunique-se eletronicamente ou por correspondência às Fazendas Nacional, Estadual (Paraná) e Municipal (Chopinzinho/PR). 8. Autorizo, caso haja pedido com juntada de procuração, a habilitação nos autos de todos os credores que estão na relação de mov. 1.19 sem necessidade de conclusão apenas para este fim, com intimação de todos os atos posteriores à referida habilitação. 9. Embora a parte autora tenha pugnado pela concessão de antecipação de tutela a fim de determinar a suspensão de todos os processos em trâmite em desfavor da empresa requerente,

bem como da retirada e inclusão do nome dos sócios proprietários da empresa no SERASA e demais órgãos de restrição ao crédito, o stay period foi determinado nesta decisão com o deferimento do processamento da recuperação judicial e, além disso, conforme informado pela parte autora, não há ações ajuizadas em seu desfavor e, consequentemente, necessidade de suspensão de atos expropriatórios. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Diligências necessárias.

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDITORES:

CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: Inexistem credores na referida classe.

CLASSE II - GARANTIA REAL: Inexistem credores na referida classe.

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS: Caixa Econômica Federal (CNPJ nº 00.360.305/0001-04) - R\$ 116.233,12; Cooperativa de Crédito Integrado - Sicoob Integrado (CNPJ nº 07.122.321/0001-08) - R\$ 280.520,66; Cooperativa De Crédito Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP - R\$ 203.207,95; Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária Liderança - Cresol liderança (CNPJ nº 02.934.201/0001-91) - R\$ 306.329,17.

CLASSE IV - ME / EPP: Inexistem credores na referida classe.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma só vez no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta Comarca de Chopinzinho, do Estado do Paraná, aos 17 de janeiro de 2024. Eu, Elizabeth Zanini Trentin Tourinho, Analista Judiciário, conferi e subscrevi.

Neusa Salvador de Lima

Escrivã